



Dinâmica do Emprego e Distribuição Espacial da Indústria da Transformação de Pernambuco

EMANUEL DA SILVA SANTOS (GRADUANDO EM ECONOMIA – UFPE/CAA)
LARISSA DE ASSIS SILVA (MESTRE EM ECONOMIA PELO PPGECON/UFPE/CAA)
ROBERTA DE MORAES ROCHA¹ (PROFESSORA DA UFPE/CAA)

A indústria da transformação tem uma grande importância para a economia do estado de Pernambuco, a qual repondeu por 19,7% do Produto Interno Bruto do Estado no ano de 2016². O setor também é um importante gerador de emprego e, os seus efeitos multiplicadores para outros setores, assim como, as externalidades produtivas geradas pelas indústrias espacialmente concentradas, o torna objeto de políticas regionais. Neste sentido, destaca-se a indústria de confecção, a qual constitui um importante Arranjo Produtivo Local no estado, por está aglomerada no interior, além da Região Metropolitana do Recife, e por ser a indústria com maior participação no número de indústrias formais do estado (com uma participação de 23%)³. A indústria têxtil e de confecção do estado se constitui de micro e pequenas empresas, e é considerada um setor ainda muito informal e empregador de mão de obra de baixa escolaridade.

A figura 01 apresenta a distribuição espacial dos estabelecimentos das indústrias têxtil e de confecção no estado de Pernambuco. Estes estabelecimentos apresentam-se localizados em dois principais polos produtivos, quando observa-se o número de indústrias (cor preta na figura).

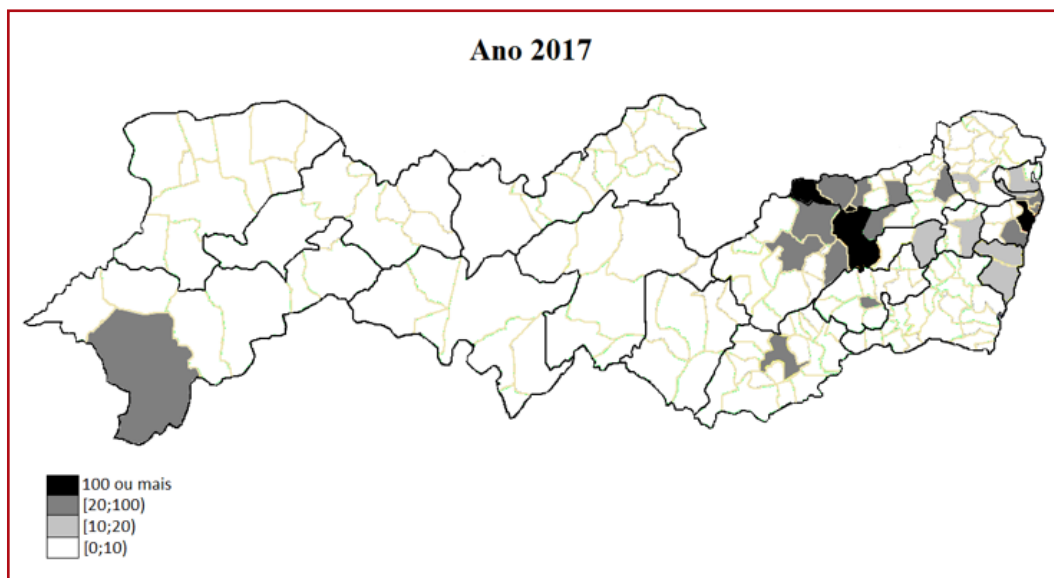
1 Professora Doutora da Universidade Federal de Pernambuco – Campus Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA); Coordenadora do Programa de Pós-Graduação de Economia da UFPE-CAA (PPGECON); Professora do Programa de Pós-Graduação de Gestão e Economia da Saúde.

2 Dados retirados do <http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/pe>.

3 Dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho (RAIS-MTE) do ano de 2017.

Figura 01

Distribuição espacial dos estabelecimentos da indústria têxtil e de confecção entre os municípios de Pernambuco em 2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS para 2017 via programa *online* Targetmap

O primeiro polo está na mesorregião Metropolitana do Recife, região econômica mais importante do estado, a qual no ano de 2017, concentrou em torno de 42% da sua população⁴ e 42% dos estabelecimentos⁵ da indústria da transformação. O segundo maior polo industrial está na mesorregião do Agreste Pernambucano, que respondeu por 37% dos estabelecimentos industriais do estado e por 25% da população do estado. Vale salientar que a cidade mais importante do Agreste, Caruaru, está a uma distância de 138 km da capital do estado, Recife, e a 142 km de Campina Grande (PB), o que torna a cidade uma localização estratégica para a indústria e para a distribuição da produção. Comparando esta mesorregião com a Metropolitana do Recife, constata-se a maior importância relativa da indústria em relação a sua população. Em seguida, em importância tanto no número de estabelecimentos, quanto da participação na população do estado, estão as mesorregiões Mata Pernambucana, Sertão Pernambucano e o São Francisco Pernambucano. Porém, em relação a geração de emprego pelas indústrias, tem-se a Mesorregião Metropolitana do Recife, que representou 48% do emprego do setor em 2017, seguida da Mata Pernambucana, com uma participação de 28%, e na terceira colocação no *ranking*, o Agreste Pernambucano. A partir destes dados é possível constatar que a distribuição dos estabelecimentos industriais em Pernambuco segue a geografia da localização da população entre as suas mesorregiões. Além disso, constata-se que, em média, o tamanho dos estabelecimentos industriais da Mata Pernambucana (mensurado pelo número de empregados), é maior que a média registrada para o Agreste Pernambucano, sugerindo que há diferenças entre as suas estruturas produtivas. De fato, os dados desagregados setorialmente, apresentados na tabela 1, apontam para esta heterogeneidade.

4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Estimativas das populações residentes em nível municipal (2017).

5 Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho - RAIS/MTE (2017).

Tabela 01

Participação das Divisões Industriais no Emprego da Indústria da Transformação para as Mesorregiões do Estado de Pernambuco – 2017

Indústria	Metro- politana do Recife	Mata Pernam- bucana	Agreste Pernam- bucano	Sertão Pernam- bucano	São Francisco Pernam- bucano	Estado Pernam- bucano
Fabricação de Produtos Alimentícios	31%	54%	21%	24%	24%	35%
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	4%	1%	37%	3%	3%	10%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	6%	6%	9%	48%	20%	8%
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	3%	17%	1%	1%	0%	6%
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	7%	3%	4%	2%	4%	5%
Demais Indústrias	48%	20%	27%	22%	48%	36%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho (2017)

A indústria mais importante, com uma participação acima de 10% no emprego do setor industrial do estado, é a indústria de alimentos, seguida pela Indústria de Confecção; padrão este não observado para as mesorregiões. Porém, a exceção do Agreste Pernambucano e do Sertão Pernambucano, a indústria de alimentos é a principal geradora do emprego industrial nas demais mesorregiões. Destaca-se a importância da indústria de confecção no Agreste Pernambuco, responsável, no ano de 2017, por 37% do emprego formal da indústria na mesorregião, e por quase 50% dos estabelecimentos do setor. Adiciona-se a isto, o fato que na região localiza-se um polo têxtil/confecção caracterizado por pequenas indústrias e por uma significativa informalidade, o que subestima o tamanho do setor quando analisado a partir de dados do emprego formal⁶. Por outro lado, para as mesorregiões Metropolitana do Recife e Mata Pernambucana, tem-se a indústria de alimentos como a principal responsável pelo emprego industrial. Com relação a Mata Pernambucana, onde localiza-se um polo automotivo, destaca-se a indústria de Fabricação de Veículos, a qual respondeu, no ano de 2017, por 17% do emprego do setor na mesorregião, emprego este gerado por 29 indústrias de Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias.

Com relação a dinâmica do crescimento do emprego da indústria no estado, entre o período de 2006 a 2017, constata-se que apresentou uma tendência de crescimento até o ano de 2014, a partir do qual começou a decrescer, pelo menos até o ano de 2017, último ano que os dados da RAIS-MTE estão disponíveis para consulta. A indústria no estado de

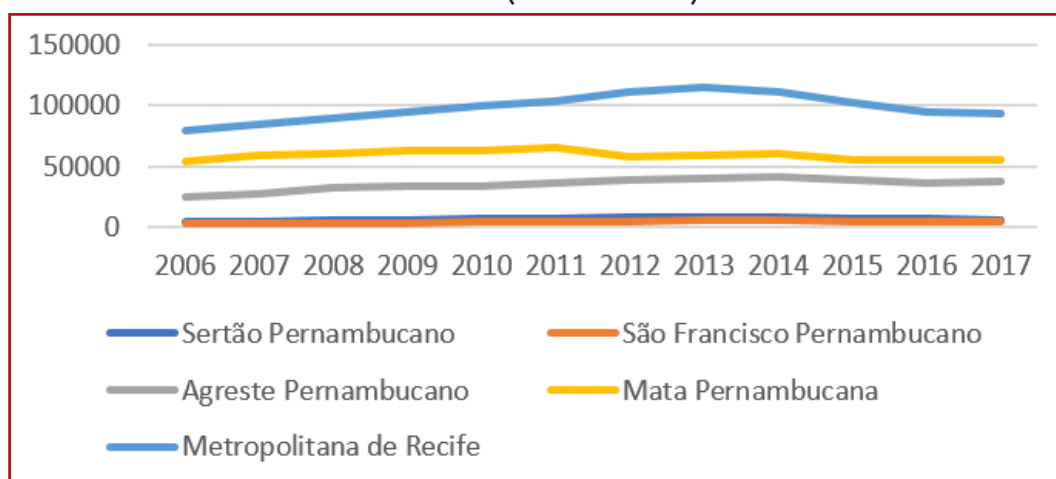
⁶ Porém, para o Brasil, não há uma base de dados que disponibilize dados da informalidade a nível dos estabelecimentos.

Pernambuco acompanhou a crise econômica e política que se instalou no país, com a retração do Produto Interno Bruto. O gráfico 01 apresenta a evolução do emprego formal da indústria por mesorregião.

Através do gráfico 01 pode-se visualizar que, entre o ano de 2011 e o ano de 2014, o emprego da indústria das mesorregiões Metropolitana do Recife e do Agreste Pernambucano apresentou um expressivo crescimento, e a crise econômica instalada no país a partir deste período teve um menor impacto relativo no Agreste Pernambucano. Esta evidência sugere que o complexo industrial desta mesorregião tem sinergias próprias, possivelmente decorrentes dos ganhos produtivos gerado pela concentração de empresas especializadas em um mesmo setor, que deve ter possibilitado a sua expansão mesmo em um período de retração econômica.

Gráfico 01

Evolução do Emprego Formal da Indústria da Transformação das Mesorregiões Pernambucanas (2006 a 2017)



Fonte: Fonte: Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho (2006 – 2017)



O Comércio Externo de Vestuários do Agreste Pernambucano tem Participação Pífia no Cenário Regional entre 2008 e 2018

THIAGO FELLIPE LIMA SILVA PEREIRA (MESTRANDO DO PPGECON/UFPE/CAA)

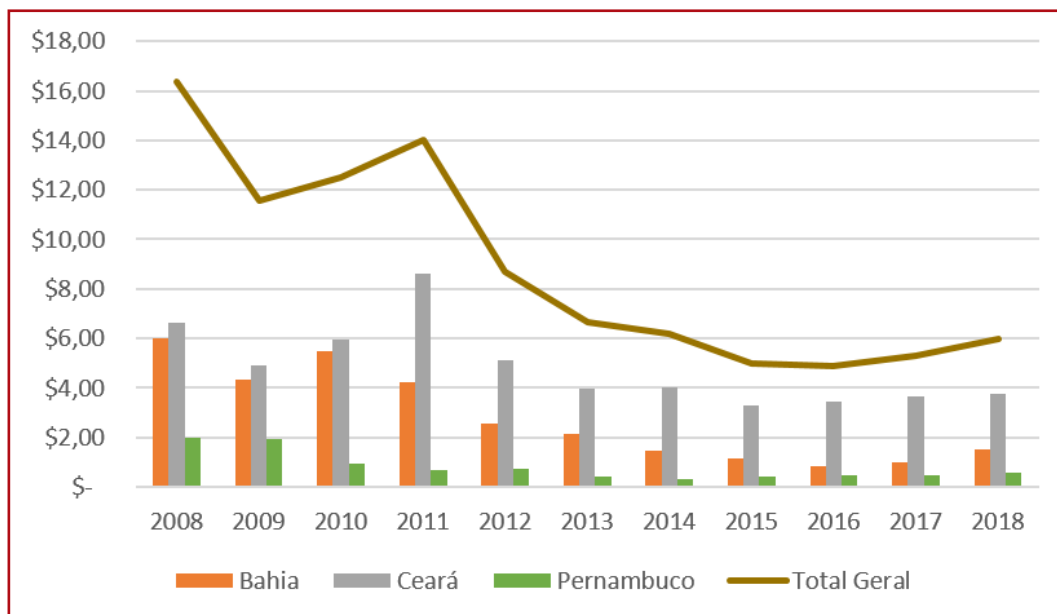
ALINE ARAÚJO SILVA (MESTRANDA DO PPGECON/UFPE/CAA)

MONALIZA DE OLIVEIRA FERREIRA (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO PPGECON/UFPE/CAA)

O setor têxtil e de confecções é um importante setor da atividade econômica brasileira. No Nordeste, este setor teve destaque especialmente em virtude da produção de algodão, que inicialmente era voltado para a exportação, mas depois voltou-se ao mercado interno. No Estado de Pernambuco, segundo dados do IEMI/PERNAMBUCO/NTCPE (2017), estão localizadas 3,3% das empresas da cadeia têxtil brasileira, especialmente vestuários, e 3,5% do pessoal ocupado na indústria têxtil, sendo estas unidades produtoras caracterizadas em mais de 90% dos casos como micro ou pequenas empresas.

A análise da contribuição dos estados do Nordeste para o comércio externo no setor de têxteis e confecções, especialmente vestuários, no período de 2008 a 2018, indica que o Estado do Ceará foi o que mais se destacou em termos de valores negociados (Gráfico 1). O Estado de Pernambuco teve uma participação quase insignificante relativamente aos outros selecionados com base na participação produtiva do setor. Insta ressaltar que desde 2008 este comércio vem se reduzindo ao longo dos anos e parece que o arcabouço institucional do Estado não tem conseguido apoiar estes empresários para seguirem rumo ao mercado externo. Coloca-se como questão por que o estado cearense, com um polo produtivo de vestuários semelhante ao pernambucano, consegue participação continuada no mercado externo, enquanto o polo de Pernambuco não consegue.

Gráfico 1
Exportações de Vestuários por Estados Seleccionados do Nordeste
(milhões US\$ FOB)



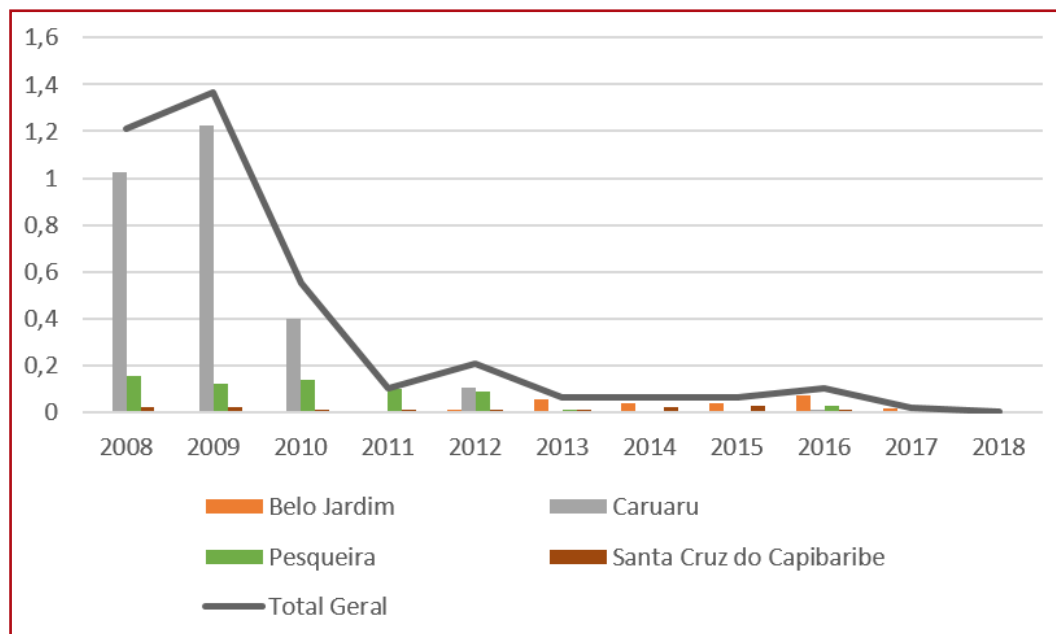
Fonte: BRASIL/MDIC/COMEXSTAT (2019).

Uma análise localizada revela que no Agreste Pernambucano, região de importante atividade econômica no Arranjo Produtivo Local de têxteis e confecção do Estado de Pernambuco, a produção de vestuários é concentrada principalmente em três cidades: Caruaru (70,8 milhões de peças, equivalente a 29% da produção total), Santa Cruz do Capibaribe (58 milhões de peças, representando 24% das peças fabricadas pelo estado) e Toritama (14,3 milhões de peças, com participação de 6% na produção total). Nessas cidades, encontram-se 71,3% das unidades fabris de vestuário e 71,1% dos empregos do Estado, no setor de confecção (IEMI/PERNAMBUCO/NTCPE, 2017).

Com este recorte por vestuários, dentro do setor têxtil e de confecções, observa-se que Caruaru foi o Município que mais exportou na Região no período analisado. Contudo, a partir de 2010 deixou de exportar vestuários, orientando suas exportações apenas para medicamentos, algo intrigante quando se fala do segundo PIB do Estado de Pernambuco, muito em razão justamente da atividade têxtil e de confecção. Percebe-se, inclusive, que o comércio externo do setor praticamente cessa no Estado a partir de 2012 (Gráfico 2).

Gráfico 2

Exportações de Vestuários por Municípios Selecionados do Agreste Pernambucano (milhões US\$ FOB)



Fonte: BRASIL/MDIC/COMEXSTAT (2019).

Todavia, ao se considerar outros produtos nestes dez anos de análise, observa-se que o Município de Belo Jardim é o maior exportador do Agreste (BRASIL/MDIC/COMEXTAT, 2019), comercializando máquinas, acessórios e aparelhos de som, de maneira continuada e crescente até 2017, especialmente para a Argentina, que também se configura como um dos principais mercados para os produtos nordestinos do setor têxtil e de confecções. Ou seja, o empresário da moda ainda é incipiente no mercado externo, o que não ocorre com outros setores produtivos.

Muitos são os fatores relacionados a ausência de comércio externo no setor de têxteis e confecções no Agreste Pernambucano, mais representado pela produção de vestuários, tais como, falta de qualificação do empresário, orientação para vendas nas feiras locais, ausência de investimento privado com fins do comércio externo, ausência de confiança nas instituições públicas de apoio à exportação, inadequação do produto ao mercado externo, entre outros. Ao que parece, o empresariado local confia na atratividade das feiras locais e não parece estar disposto a investir tempo e dinheiro em um mercado ainda tão desafiador e desconhecido para eles.

REFERÊNCIAS

BRASIL/MDIC/COMEXTAT. Disponível em www.mdic.gov.br. Último acesso em 20/9/2019.

IEMI/PERNAMBUCO/NTCPE (Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções em Pernambuco). Estudo da Competitividade dos Setores Têxtil e Confeccionista no Estado de Pernambuco, 2017.



Efeitos da seca sobre o efetivo do rebanho bovino, ovino e caprino na Mesorregião do Agreste Pernambucano no período 2009-2016

WAGNER BRITO RODRIGUES DE LIMA (GRADUANDO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFPE/CAA)

RAFAELA MINELLI DA SILVA (ECONOMISTA FORMADA PELA UFPE/CAA)

MARCIO MICELI MACIEL DE SOUSA (DOUTOR EM ECONOMIA PELA UFF E COORDENADOR DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFPE/CAA)

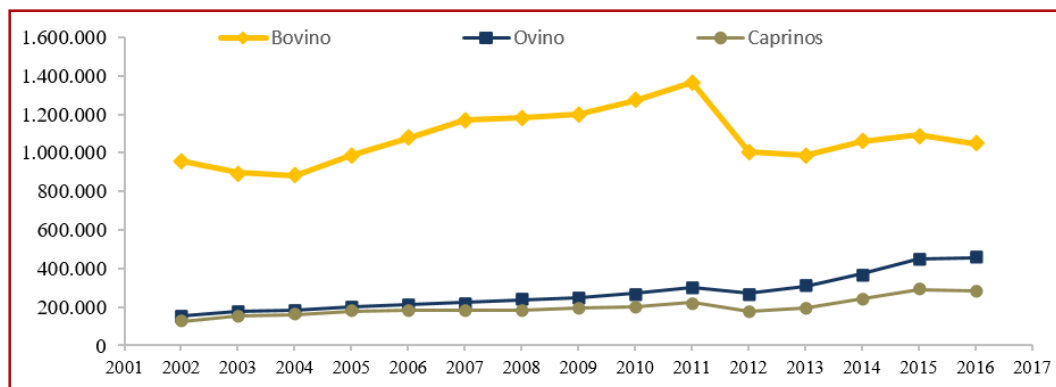
A pecuária é uma das atividades econômicas mais antigas praticadas em Pernambuco, tendo sido responsável pela interiorização do Estado graças ao seu caráter ultra extensivo, constituindo-se como uma das principais economias complementares da atividade canavieira durante o período colonial (FURTADO, 2007).

Passados tantos anos, a atividade criatória ainda tem importante papel na reprodução social e econômica das famílias pernambucanas em mesorregiões como o Agreste. Neste local, observam-se diferentes manejos propostos pelos criadores que vão desde a criação extensiva com animais mestiços e mais rústicos, até a criação em propriedades que utilizam práticas intensivas, com animais puros de origem e fazendo uso de melhoramento genético. É inegável a grande dependência que a atividade possui em relação ao comportamento do clima, sendo comum a existência de um processo de descapitalização em tempos de escassez hídrica.

O Gráfico 1 revela uma retração no efetivo do rebanho bovino no período 2009-2016. Nos anos de seca, a desestruturação do Sistema de Produção se intensifica e, uma grande parte dos produtores, diante da incapacidade de alimentar o seu rebanho, optam por reduzi-lo colocando para o abate até mesmo matrizes, que em condições normais seriam utilizadas na ampliação do plantel.

Gráfico 1

Evolução do Efetivo do Rebanho Bovino, Ovino e Caprino no Período 2002-2017 no Agreste Pernambucano



Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal, 2000-2017.

No tocante a pecuária caprina e ovina revela-se uma tendência contrária a registrada pela bovinocultura. Todavia, verifica-se que no Agreste de Pernambuco, assim como no Sertão, o mercado de carne ainda encontra-se bastante desestruturado com dois grandes e tradicionais canais de distribuição. O primeiro, conta com a grande atuação dos atravessadores (marchantes e comerciantes), que vão até as propriedades adquirindo animais, conduzindo-os para abate em qualquer lugar (alguns em abatedouros como Selo de Inspeção Federal – SIF do Ministério do Abastecimento, da Agricultura e da Pecuária - MAPA, o que lhes permite comercializar legalmente no varejo), entregando a carne em açougues, feiras ou direto a restaurantes e consumidores. Assim, apropriam-se de um valor que muitas vezes é maior que o obtido pelo próprio produtor.

O segundo canal de distribuição se configura pela comercialização em feiras. Geralmente, os animais são vendidos “em pé” sem a presença de uma balança, o peso do animal é discutido e negociado entre o vendedor e o comprador a “olho nu”, configurando-se em uma transação de baixo valor agregado. Durante o período mais seco do ano esses problemas se avolumam, pela restrição ainda maior de renda dos produtores familiares e o aumento na oferta de animais comercializados, os quais deprimem ainda mais o seu preço, gerando um ciclo pernicioso que eleva a instabilidade da atividade.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34 ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2007.

IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017. Disponível em www.ibge.gov.br.

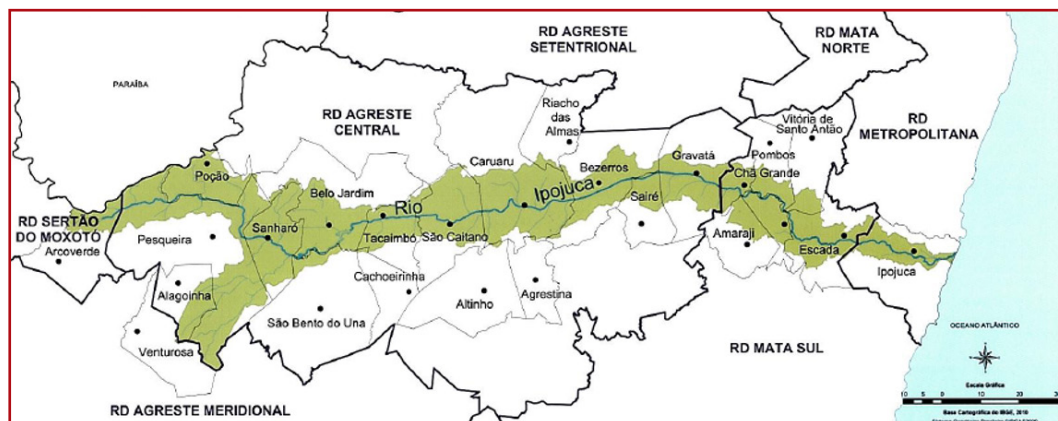
Na Bacia do Ipojuca 77,5% da Água Consumida é Despejada no Rio sem Tratamento

GABRIELA CARINE BRITO COSTA (MESTRANDA PELO PPGECON/UFPE/CAA)
ITALO CAVALCANTE DA SILVA SOARES (MESTRE EM GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL PELA UPE)
LEANDRO WILLER P. COIMBRA (DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR DO PPGECON/UFPE/CAA)

A Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca está localizada no Estado de Pernambuco e faz ligação entre a Região Metropolitana do Recife (RMR) e o sertão pernambucano. A sua localização estratégica contribui para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, pois abrange espaços territoriais que atuam como polos de desenvolvimento regionais e locais. A Bacia abrange territórios parciais de 25 municípios e destes 12 possuem sede urbana dentro da Bacia Hidrográfica.

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), os municípios com sede na região da Bacia contribuíram com 13,16% do PIB estadual no ano de 2016, destacando-se Ipojuca com 6,41% e Caruaru com 3,75%. A Figura 1 mostra a abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca.

Figura 1
Municípios com Sede Urbana na Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca



Fonte: PERNAMBUCO/CONDEPE-FIDEM (2011).

Municípios	Belo Jardim	Bezerros	Caruaru	Chã Grande	Escada	Gravatá
População	75.729	60.469	351.686	21.402	67.839	82.579
PIB 2016 (R\$ 1.000,00)	1.567.878	642.756	6.288.213	177.654	72.008	1.017.798
PIB Per Capita	20.703,79	10.629,51	17.880,19	8.300,79	10.614,54	12.325,14

Municípios	Ipojuca	Poção	Primavera	Sanharó	São Caetano	Tacaimbó
População	92.965	11.266	14.657	25.521	36.895	12.872
PIB 2016 (R\$ 1.000,00)	10.733.638	78.919	174.509	178.108	32.231	114.877
PIB Per Capita	115.458,91	7.005,05	11.906,16	6.978,9	8.735,87	8.924,57

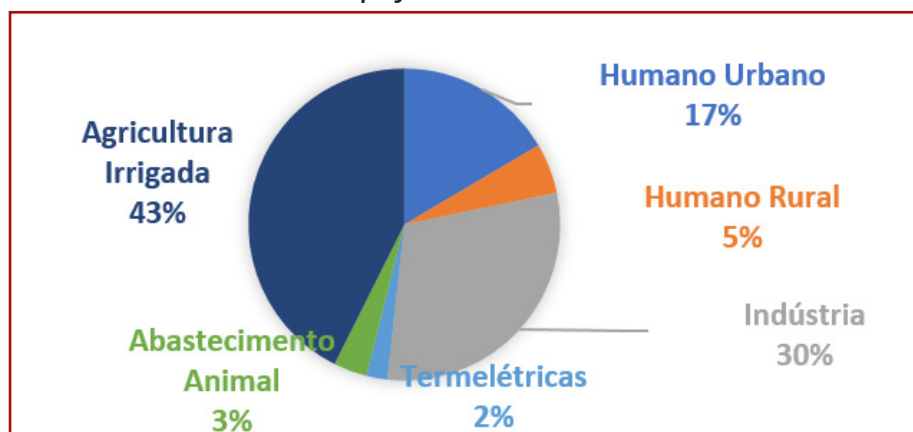
Fonte: Elaboração própria, dados do SNIS (2019).

A poluição das águas do Rio Ipojuca configura diversos problemas ambientais, sociais e econômicos para a região do Agreste Pernambucano. Além de aumentar os custos de tratamento da água, causa externalidades negativas para os municípios com sede nestas bacias hídricas. Os últimos dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS – no ano de 2016 apontaram que apenas 24,67%, aproximadamente, da água consumida pelos municípios com sede na Bacia do Rio Ipojuca passa por algum processo de tratamento. Isto sugere que 75,32% da água consumida é despejada no rio sem o tratamento adequado.

Do total dos 2,3 m³/s consumidos em 2016 pelos municípios, 23% foi direcionado diretamente para o consumo humano, enquanto as atividades de agricultura irrigada e indústria totalizaram $\frac{3}{4}$ (três quartos) do total consumido, como apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1

Consumo de água por atividade econômica dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca em 2016



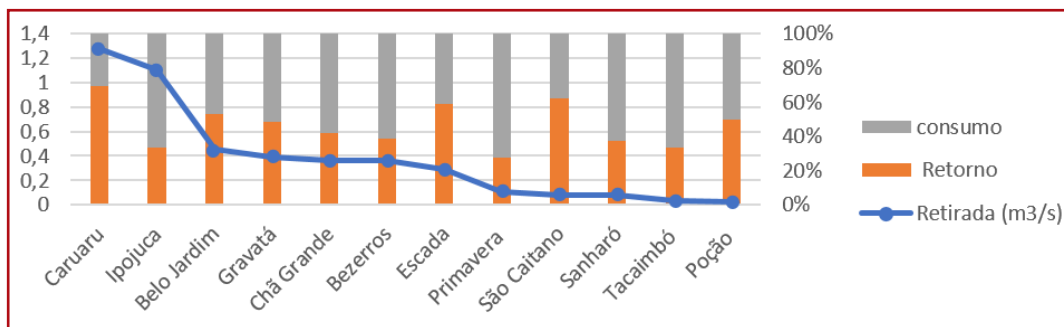
Fonte: Elaboração própria, dados do SNIRH (2019).

O maior consumo de água advém do município de Ipojuca, 34% do total, seguido por Caruaru (16%), Bezerros (10%), Chã Grande (9%) e Gravatá (9%). Cerca de 83% do consumo de Ipojuca é direcionado para o setor industrial, de forma que 94% do consumo de água para o setor industrial é feito por Ipojuca. Dentre o consumo para a atividade agrícola, observa-se que 95% do consumo de água do município de Chã Grande é direcionado para este setor, o que o coloca como o maior consumidor de água para esse fim (20%), seguido pelos municípios de Bezerros (18%), Belo Jardim (13%), Caruaru (13%) e Gravatá (13%).

Em 2016, foram retirados 11,2m³/s de água do Rio Ipojuca, sendo que cerca de 79% dessa água retorna ao rio e, como já destacado, em grande parte sem nenhum tratamento. Vale ressaltar que cerca de 60% do retorno foi utilizado no resfriamento de termelétrica situada em Ipojuca. Excluindo o uso de águas para este fim, a figura 3 apresenta os municípios ordenados pelo volume de água retirado em 2016 e a proporção do que se consome efetivamente e do que é despejado de volta ao rio.

Gráfico 2

Proporção da água retirada para consumo e o que retorna para o rio por município para 2016



Fonte: Elaboração própria, dados do SNIRH (2019).

Embora existam mecanismos legais de preservação e conservação dos recursos hídricos, estes dados apontam para a necessidade de avaliar os impactos ambientais causados pelo crescimento econômico e populacional sem planejamento urbano e ambiental e a responsabilidade de cada município, evidenciando a necessidade de buscar um equilíbrio entre atividade econômica e sustentabilidade.



Presidente: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Vice-Presidente: Rafael Ramos da Conceição

Conselheiros Efetivos: José André de Lima Freitas da Silva
João Albuquerque da Silva
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá
Bruna Rodrigues Florio
Paulo Roberto de Magalhães Guedes
Frederico Augusto de Araújo Cavalcanti
Fábio José Ferreira da Silva

Conselheiros Suplentes: André Lima de Moraes
Keynis Cândido de Souto
Janiza Lima Ribeiro de Albuquerque
Severino Ferreira da Silva
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Enildo Meira de Oliveira Junior
Fernando de Aquino Fonseca Neto

Conselheiro Federal: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Gerente Executiva: Rayssa Kelly Melo das Mercês

Comitê Editorial: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
Fábio José Ferreira da Silva
André Lima de Moraes
Keynis Cândido de Souto
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Rafael Ramos da Conceição

Projeto Gráfico: Erivaldo Sousa

Correspondência: Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.
CEP: 50.050-400
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe